

li
Cet

Reunião Ordinária – Ata nº 28/2011

Data – 2011-12-12

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.00 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatós dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 09-12-2011:

a) Dotações Orçamentais €1.784.226,51
b) Dotações não Orçamentais €132.353,25

Total das Disponibilidades €1.916.579,76



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

Esteve presente o munícipe Artur Nogueira Lalanda, residente em Abrantes, que apresentou a seguinte intervenção: 33486

"Senhora Presidente e Senhora(s) e Sr.s Vereadores,

el
ct

Como prometi, cá estou, de novo, para zelar pelo interesse público e não para resolver qualquer problema pessoal.

Quero acreditar que V.Exa.s, com a forma de encaminhar o assunto que vou expor, desempenharão, com lealdade, as funções em que se encontram investidos. Para tanto, lembro a declaração da Sr^a Presidente, em entrevista a "O Mirante", em 17 de Fevereiro de 2011:

"Fui votada pela população de Abrantes que me deu a maioria absoluta, para defender os seus interesses. E isso que farei sempre."

Em 2003, os SMA atravessaram, de forma ilegal e incorrecta (Decreto Lei nº180/2006, de 6 de Setembro) a Ribeira de Abrançalha, junto a ponte, na Abrançalha de Cima, a conduta adutora que vem do Castelo de Bode.

Foram ignorados os insistentes alertas que fiz, nessa altura. (SMA e CCDR-LVT)

Em 2005, uma enxurrada destruiu a ponte e iniciou o arrastamento da conduta que, só não se consumou, porque abrandaram as chuvas.

Cientes do risco, os SMA enterraram em cima da conduta, na margem direita, dezenas de toneladas de betão, com intuito de amarrá-la. (não sei quanto custou esta operação)

Segue-se a instalação provisória de uma ponte militar amovível, cuja manutenção, inicialmente prevista para três meses, se prolongou até ao início de 2007, com custos que também desconheço.

Por adjudicação da Camara, coube a PONTAVE elaborar o projecto e construir a nova ponte. O projecto, que deveria ter sido apreciado e aprovado pela CCDR-LVT, previa o reposicionamento da conduta, de acordo com a Lei, isto é, por forma a não reduzir a secção de vazão da ponte.

Incompreensivelmente e, por certo, com permissão de alguém, a obra foi concluída sem corrigir a posição incorrecta da conduta, como previa o projecto. Daqui se depreende que o fiscal da obra não agiu como devia ou foi autorizado, por alguém, a permitir a conclusão dos trabalhos, sem que se procedesse ao reposicionamento da conduta. Não foram apuradas responsabilidades disciplinares. Porquê?

Por essa altura, (2007) com a obra já pronta, a Camara é notificada pela CCDR-LVT (tarde e a mas horas) para reposicionar a conduta e o empreiteiro aparece a pedir a dispensa dessa obrigação, adiantando justificações baseadas na opinião dos seus fornecedores.

Apesar de, internamente, informado de que o reposicionamento da conduta envolvia "alguma complexidade técnica e custos muito avultados", (ver as informações que serviram de apoio a proposta), o então presidente da Camara, apresentou proposta, aprovada por unanimidade (os vereadores do PSD, presentes no Executivo da época, tinham sido previamente e pessoalmente alertados para a irregularidade da situação) no sentido de dispensar o empreiteiro, a troco de 3 664,71 euros, de reposicionar a conduta, de acordo com o projecto que ele próprio tinha elaborado e encarregar os SMA de abrir concurso público para executar o mesmo trabalho de que o empreiteiro acabava de ser dispensado! (Vide Acta nº 22, de 19/06/2007).

Simplemente inacreditável!

Compete a Assembleia Municipal (Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março) fiscalizar os actos do Executivo, mas a "maioria", negando a Lei e a defesa do interesse público, respondeu "o processo não decorre nem é da competência da Assembleia Municipal pelo que não poderá ser discutido e votado em sessão daquele Órgão Municipal". A própria Inspeção Geral da Administração Local, (IGAL) escusou-se a retirar consequências deste grosseiro atropelo administrativo.

Al
Cto

A todos os Presidentes das 19 freguesias do concelho, por escrito, foi exposta a situação e sugerido que levantassem a questão na Assembleia Municipal. Nenhum cumpriu o seu dever de defender o interesse público. Cobardia ou receio das consequências?

Em Fevereiro de 2009, os SMA informam ter mandado elaborar um projecto para reposicionamento da conduta, que aguardava aprovação da AHRTejo.

Em Maio de 2011, em reunião de Camara, a sr.a presidente insistiu em informar que continuavam a aguardar a emissão da licença.

Repito: a Camara e os SMA mentiram ao informarem que aguardavam a licença, como provei na reunião da Camara de 11 de Julho último, sem que, ate hoje, as "graves acusações" de que fui acusado de proferir, tenham sido desmentidas.

Se eu tivesse ido a reunião da Camara para enaltecer o "pirilampo", certamente o texto que nessa altura distribui pelos presentes, teria constado da acta, mas as "graves acusações" nao convém divulgá-las...

Finalmente, em 27 de Outubro de 2011, a conduta for reposicionada, de acordo com a Lei.

Terminados os trabalhos, segundo informam os SMA, "depois de consolidadas as contas finais, o custo da obra de reposicionamento da conduta adutora, no atravessamento da Ribeira de Abrançalha, atingiu o montante de 64 932,09 euros",., desprezando o custo do maciço de betão e das horas da retro escavadora, já em 2010.

Apregoa-se na Lei, (Lei nº 34/87, de 16 de Julho e Lei nº 108/2001, de 28 de Novembro) que os detentores de cargos públicos devem ser pessoalmente responsabilizados pela prática de actos ilícitos, porque lesivos dos interesses do Estado, que tem a faculdade de exigir a competente indemnização.

Para credibilizar a actividade dos políticos, considera-se fundamental que cada cidadão tenha o dever moral de se alhear de interesses partidários, quando estejam em causa interesses de ordem publica, como neste caso.

Por mim, cumprio o meu dever de cidadania e tento contribuir para a moralização da gestão da coisa publica, denunciando a situação a V.Exa.s. Espero que, todos, em obediência ao compromisso assumido perante os eleitores, reconheçam a necessidade de o assunto ser levado a Assembleia Municipal e participado ao Ministério Público, com vista a exigir que o erário publico seja ressarcido, pelos subscritores daquela deliberação, (Nelson Augusto Marques de Carvalho, Joao Carlos Pina da Costa, Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis, Maria do Ceu de Oliveira Antunes Albuquerque, Pedro Manuel Dias F. Pereira Marques e Jose Antonio Moreno Vaz), da diferença entre 3.664,71 euros e o custo real do reposicionamento da conduta, ou sejam 61 267,38 euros.

A simples atribuição de "responsabilidade política", como e costume fazer-se, incomoda os contribuintes e propicia o aparecimento de novos abusos.

A senhora presidente tem aqui uma boa oportunidade para demonstrar que foi sincera quando afirmou "E ISSO QUE FAREI SEMPRE" (defender os interesses da população) porque se não mandar apurar a responsabilidade disciplinar de quem permitiu que a PONTAVE não executasse o reposicionamento da conduta e não tomar providencias para que a Camara seja ressarcida de 61 267,38 euros, arrisca-se a que a considerem definitivamente desacreditada nas funções em que esta investida. Eu já não tenho dúvidas.

O juízo final caberá aos eleitores.

Artur Lalandia

12 de Dezembro de 2011

al
Ct

PS: A Camara já foi avisada de que existe erosão perigosa no encontro do lado direito da ponte. Volto a recomendar a necessidade urgente de serem tomadas medidas adequadas."

A Presidente da Câmara respondeu que, conforme o munícipe sabe, a Câmara Municipal tem pareceres de entidades idóneas, como é o caso do LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que atestam não ser obrigatório o reposicionamento da conduta. O dinheiro foi gasto na sequência de algumas reivindicações da parte de algumas pessoas, que também têm vindo a fazer pressão para que se reposicione a conduta.

De acordo com os serviços jurídicos, não existe nada de ilegal neste processo e neste procedimento, pelo que a Câmara Municipal não irá fazer nada em relação a isso.

No entanto, se o munícipe entende que não estão a ser cumpridos os deveres do município ou o que está previsto na lei, pode entregar o processo ao Ministério Público, enquanto cidadão.



A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.



Foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Vereador Santana Maia Leonardo por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com excepção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara deu conhecimento que no passado sábado decorreu no Cine-Teatro São Pedro uma festa de Natal organizada pelo Rotary Club de Abrantes e dirigida às crianças dos concelhos de Abrantes, Sardoal e Mação, tendo contado com a presença de cerca de 400 crianças e com o apoio de várias entidades, entre elas o município, algumas empresas e várias pessoas singulares. Congratula-se, assim, a autarquia por esta iniciativa da sociedade civil.

Tomado conhecimento.

li
C

Em seguida, a Presidente da Câmara convidou todos os vereadores a estar presentes na Festa de Natal do Município de Abrantes que decorrerá no próximo sábado, dia 17 de dezembro, no Mercado Criativo.

Mais informou que a ceia de Natal dos Serviços Municipalizados decorrerá no próximo dia 15 de dezembro.

Tomado conhecimento.



Depois informou sobre os períodos de férias da Presidente da Câmara e dos vereadores em funções nesta época natalícia, nomeadamente:

Vereadores Rui Serrano e Manuel Valamatos – 19 a 23 de dezembro;
Vereadora Celeste Simão e Presidente da Câmara – 26 a 28 e 30 de dezembro.

Tomado conhecimento.



Deu conta da realização de uma sessão de sensibilização para limpeza de linhas de água promovida pela da ARH – Administração da Rede Hidrográfica, hoje, dia 12 de dezembro, no Edifício Pirâmide, em Abrantes.

Tomado conhecimento.



Em seguida, informou que foi aprovado o projeto de execução da empreitada de "Construção de arruamento envolvente ao Centro Escolar de Alferrarede, entre a Avenida Dr. Mário Soares e a Rua Prof. Raimundo Mota – Abrantes", tendo sido lançado o procedimento concursal, por ajuste direto.

Tomado conhecimento.



Nº 35 – Em seguida, a Presidente da Câmara submeteu à aprovação do órgão executivo a fixação dos dias para a realização das reuniões da Câmara Municipal para o ano de 2012, de acordo com o quadro seguinte:

Mês	Dias
Janeiro	9 e 23
Fevereiro	6 e 20
Março	5 e 19
Abril	2 e 16
Maio	7 e 21

Acta da reunião de -12- de Dezembro de 2011

Handwritten signature and initials

Junho	4 e 18
Julho	2, 16 e 30
Agosto	13 e 27
Setembro	10 e 24
Outubro	8 e 22
Novembro	5 e 19
Dezembro	3, 17 e 28 (sexta-feira)

Em tudo o resto, mantêm-se as mesmas regras do ano de 2011.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 36 – A Presidente da Câmara apresentou também um pedido de dispensa para o pagamento de taxas relativas a obras a executar pela TagusValley – Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo nas infra-estruturas do Tecnopolo de Abrantes, conforme projetos que serão mais adiante apresentados pelo Vereador Rui Serrano. - 53554

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a dispensa do pagamento das taxas relativas à construção de quatro conjuntos de edifícios e às obras de urbanização a levar a cabo pela TagusValley – Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo, nos termos do nº 1 do artigo 57º do Regulamento de Urbanização e Edificação.



Nº 37 – Apresentou para aprovação o parecer prévio elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente à necessidade de aquisição de serviços de revisão do Plano de Urbanização de Abrantes à Universidade de Aveiro, por um período de dois anos e no valor máximo de 52.020,00€ (cinquenta e dois mil e vinte euros. - 53494

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Acta da reunião de -12- de Dezembro de 2011

Del
Act

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, relativamente à aquisição de serviços de revisão do Plano de Urbanização de Abrantes à Universidade de Aveiro.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 38 – A Presidente da Câmara apresentou para aprovação o parecer prévio elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente à necessidade de aquisição de serviços de execução do Plano de Intervenção do arquivo histórico municipal e do relatório de transição do comando referente ao estado atual dos Bombeiros Municipais de Abrantes, no valor de 3.202,00€ (três mil duzentos e dois euros), a António Manuel Henriques Jesus - 53008

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, relativamente à aquisição de serviços de execução do Plano de Intervenção do arquivo histórico municipal e do relatório de transição do comando relativo ao estado atual dos Bombeiros Municipais de Abrantes.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 39 – Por último, apresentou à aprovação do órgão executivo uma Moção relativa às SCUT, que abaixo se transcreve:

"O Decreto-Lei n.º 111/2011 sujeita os lanços e sublanços das auto-estradas SCUT, entre as quais a da Beira Interior, ao regime de cobrança de portagens aos utilizadores. No referido Decreto-Lei, assume-se que "(...) o Governo tomou a decisão de estender o regime de cobrança das taxas de portagem aos utilizadores às concessões SCUT(...) por entender que os princípios da universalidade e do utilizador pagador garantem uma maior equidade e justiça social(...)". O art.º 7.º do Decreto-Lei, no seu n.º 4, refere que "(...) as taxas de portagem (...) são o produto da aplicação das tarifas de portagem ao comprimento efectivo de cada sublanço ou conjunto de sublanços(...)".

A aplicação desta norma resulta contudo em taxas de portagem na auto-estrada da Beira Interior que, quando comparados com outras auto-estradas se apresentam bastante inflacionadas. A título de exemplo, os cerca de 100Km percorridos entre as portagens de Alverca e as portagens de Torres Novas, por um veículo classe 1, custam ao utilizador 5,75€. Os cerca de 40km percorridos entre o pórtico da Zibreira (Torres Novas) e o pórtico de Montalvo/Constância custam ao utilizador 3,30€.

bel
Ceto

Parece-nos pois que o princípio da equidade e justiça social se encontra claramente colocado em causa.

E se é o próprio Governo que cria um regime "(...) de discriminação positiva para as populações e para as empresas locais, em particular das regiões mais desfavorecidas, que beneficiam de um sistema misto de isenções e de descontos nas taxas de portagem(...)" por, acreditamos nós, considerar a importância estratégica que a auto-estrada do interior tem para o desenvolvimento económico e social desta Região, como pode depois taxar a sua utilização com valores que, mesmo com o referido sistema de isenções, oneraram de forma desigual, os utilizadores desta auto-estrada?

Recorde-se que, a seu tempo, a Câmara Municipal de Abrantes através da tomada de posição conjunta da CIMT, manifestou-se contra a introdução de portagens na A23 por considerar que esta não possuía perfil de auto-estrada, nomeadamente no sublanço Torres Novas – Abrantes. Estamos conscientes que a introdução de portagens na A23 se insere nos compromissos assumidos pelo Governo com a Troika sendo por isso um processo de difícil reversão. Considera-se, contudo, que deverá urgentemente ser revista a forma como se calculam os valores das referidas portagens, sob pena de se continuar a aplicar um regime onde a equidade e justiça social são colocadas em causa, contrariamente aquilo que é defendido no próprio Decreto-Lei 111/2011.

Assim, propõe-se que seja aprovada a presente Moção e que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal para a sua aprovação e posterior encaminhamento para:

Sr. Presidente da República

Sra. Presidente da Assembleia da República

Sr. Primeiro Ministro

Sr. Ministro das Finanças

Sr. Ministro da Economia e do Emprego

Sra. Ministra da agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular

Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português

Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes"

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.

O Vereador Belém Coelho votou a favor do teor da moção apresentada, por não concordar com o preço por quilómetro, mas quis deixar claro que é a favor do princípio do utilizador-pagador.

O Vereador Santana Maia Leonardo disse também ser a favor do princípio do utilizador-pagador, mas que as SCUT não foram feitas com base nesse pressuposto e, como tal, não deveriam ser cobradas.

li
Ct

VEREADOR RUI SERRANO

Nº 40 – Conforme referido pela Presidente da Câmara, o Vereador Rui Serrano apresentou a Informação Nº 45-A/11/EC da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 12 de Dezembro de 2011, referindo que nos termos e condições expostas na informação técnica referente ao PG 24264/2011:53561, propõe que se declare como viável a pretensão de construção de 4 conjuntos de edifícios a levar a efeito pela TagusValley – Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo na área do Tecnopolo do Vale do Tejo, na freguesia de Alferrarede, nos termos solicitados.- 53561

9ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.



Nº 41 – O Vereador Rui Serrano apresentou também, a Informação Nº 47-A/11/EC da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 12 de Dezembro de 2011, referindo que a TagusValley – Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo, na qualidade de comodatário, apresentou projeto visando o licenciamento de obras de urbanização para infraestruturação do Tecnopolo do Vale do Tejo, na freguesia de Alferrarede. - 53550

Efetuada a análise do processo verifica-se a existência de alguns elementos em falta bem como pareceres de entidades exteriores e que sobre o mesmo se devem pronunciar, conforme referido nos pontos 3 e 5.5 da informação técnica n.º 140/11EO, datada de 12 de Dezembro de 2011.

Foram recebidos pareceres de entidades externas consultadas, os quais referenciam as condicionantes do mesmo, conforme pontos 5.1 a 5.4 da informação atrás referida.

Assim, face à análise efetuada ao processo e, considerando o acima mencionado, propõe que se defira o pedido condicionado à correção das anomalias detetadas e à instrução da totalidade dos pareceres, favoráveis à operação pretendida, anteriormente a emissão de licença.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.



VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O Vereador Santana Maia Leonardo apresentou um requerimento subscrito pelos Vereadores eleitos pelo PSD, no qual solicitam que lhes seja fornecida cópia de vários documentos, relativos a contratos de publicidade, designadamente: 38244

- dos ofícios da câmara às rádios e jornais locais a convidá-los para apresentarem uma proposta de contrato de publicidade por um ano;
- das propostas apresentadas pelas rádios e jornais locais;
- dos contratos de publicidade celebrados.

A Presidente da Câmara remeteu o requerimento aos serviços para que disponibilizassem os documentos solicitados.



Em seguida, leu uma declaração em resposta a Alves Jana, Ex-Diretor do Jornal de Abrantes, que por ser extensa se anexa à presente ata. - 38244



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

Nº1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência da parceria com a Associação Centro Comercial Ar Livre para organização de um conjunto de atividades para apoio ao comércio tradicional, assinalando-se a quadra natalícia, remetendo para aprovação a atribuição de um subsídio no valor de 2. 600,00 € (dois mil e seiscentos euros) tendo em vista suportar as despesas com a aquisição dos prémios relativos ao sorteio de Natal e com o pagamento dos impostos legalmente previstos para este tipo de iniciativas. - 53363

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 2. 600,00 € (dois mil e seiscentos euros) à Associação Centro Comercial Ar Livre.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 2 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de atividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
51565	Grupo Desportivo e Recreativo "Os Esparteiros"	Realização de um baile	09.12.2011	• Licenciamento de ruído	8,87€
51671	Freguesia de Rio de Moinhos	Realização de noite de fados	07.12.2011	• Licenciamentos de ruído	25,04€

				• Afixação de cartazes	
--	--	--	--	------------------------	--

Lu
CT

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme listagem acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão Jurídica

Nº 3 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta a ata do júri do concurso público de cedência de exploração do quiosque situado na Praça da República, em Abrantes, realizado pelas 14,30 horas do dia 25 de Novembro de 2011, ao qual foi apresentada proposta única de Gisela Catarina Gomes Patornilo.

Após a análise dos documentos apresentados, o júri do concurso decidiu admitir condicionalmente o concorrente por não ter apresentado os documentos exigidos pelo ponto 14 alínea c) do programa do concurso.

De acordo com o disposto no ponto 18 do programa do concurso, o júri concedeu à referida concorrente, o prazo de cinco dias para apresentar os documentos em falta. - 45781

Tomado conhecimento.



Nº 4 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta a ata do júri do concurso público de cedência de exploração do quiosque situado na Praça da República, em Abrantes, para prosseguir o ato público do referido concurso, interrompido no dia 25 de novembro de 2011, para análise dos documentos em falta e abertura da proposta de Gisela Catarina Gomes Patornilo.

Dessa análise, o júri do concurso, constatou que a concorrente apresentou todos os documentos exigidos pelo ponto 15, do programa de concurso, tendo admitido a proposta por se encontrar devidamente instruída. - 45781

Tomado conhecimento.



Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o relatório do júri do concurso público de cedência de exploração do quiosque situado na Praça da República, em Abrantes, o qual sugere a adjudicação da cedência de exploração do referido quiosque, a Gisela Catarina Gomes Patornilo, pelo valor de 150,00€ (cento e cinquenta euros), mensais, acrescido do IVA à taxa legal em vigor. - 45781

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a adjudicação da cedência de exploração do quiosque situado na Praça da República, em Abrantes, e Gisela Catarina Gomes Patronilho, pelo valor de 150,00€ (cento e cinquenta euros), mensais, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o relatório do júri do referido concurso.

É dispensada a audiência prévia da concorrente, nos termos do artigo 103º, nº 2, alínea b), do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a minuta do contrato de locação de infraestruturas e equipamentos destinados à produção de eletricidade, a celebrar entre o Município de Abrantes, enquanto entidade titular dos Serviços Municipalizados do Município de Abrantes, e o consórcio Eneólica - Hidropower, tendo como objeto a locação de infraestruturas de abastecimento de água, afetas aos Serviços Municipalizados de Abrantes, destinadas à instalação de micro-hídricas para produção de eletricidade.- 52746

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a minuta do contrato, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão Financeira

Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que remete, para aprovação, a 9ª proposta de alteração orçamental 2011, da Câmara Municipal de Abrantes. - 53380

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a referida alteração orçamental, nos termos da Informação da Divisão Financeira.



Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência da Informação Nº 32 da Divisão Financeira, datada de 02 de dezembro de 2011, respeitante à fixação dos dias de pagamento dos vencimentos aos colaboradores do Município, durante o ano de 2012: - 52696

Mês	Dia	Mês	Dia
Janeiro	24	Julho	24
Fevereiro	24	Agosto	24
Março	23	Setembro	24
Abril	24	Outubro	24

Maio	24	Novembro	23
Junho	22	Dezembro	21

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de um pedido apresentado pelo Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no sentido de ser paga a despesa com o fornecimento de refeições aos participantes nas atividades desportivas organizadas pelo Município de Abrantes nos anos 2010 e 2011, nas quais se inclui o fornecimento de refeições, no valor de 7.663,80€ (sete mil seiscientos e sessenta e três euros e oitenta cêntimos) - 52865

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a atribuição de subsídio no valor de 7.663,80€ (sete mil seiscientos e sessenta e três euros e oitenta cêntimos) ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, decorrentes de encargos assumidos pelo Centro Social, no âmbito das férias desportivas de verão, mediante as justificações e a confirmação dos encargos designadamente dos havidos com as refeições.



Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de junho, relativamente à execução de "Rede de Águas Pluviais e Pavimentação nas Ruas dos Quinchosos e de S. Pedro", no valor de 17.427,93€ (dezassete mil quatrocentos e vinte e sete euros e noventa e três cêntimos). - 42183

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer para execução de "Rede de Águas Pluviais e Pavimentação nas Ruas dos Quinchosos e de S. Pedro".

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente à execução de "Ramal para fornecimento de Água para a Escola E.B. 1, 2, 3 D. Miguel de Almeida em Abrantes", no valor de 4.964,42€ (quatro mil novecentos e sessenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos). - 47593

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer para execução de "Ramal para fornecimento de água para a Escola E.B. 2, 3 D. Miguel de Almeida em Abrantes".

Al
CS

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente à execução de "Ramal de Ligação para Fornecimento de Energia ao centro escolar de Rio de Moinhos", no valor de 4.726,41€ (quatro mil setecentos e vinte e seis euros e quarenta e um cêntimos). - 41691

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer para execução de "Ramal de Ligação para Fornecimento de Energia ao centro escolar de Rio de Moinhos".

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente à execução de "Rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública para o centro escolar de Rio de Moinhos", no valor de 737,36€ (setecentos e trinta e sete euros e trinta e seis cêntimos). - 46313

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer para execução de "Rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública para o centro escolar de Rio de Moinhos".

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos da Portaria 4-A/2011, de 3 de Janeiro, com vista à renovação do contrato nº 58/2010, referente à aquisição de serviços no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação, enquadrado no programa Pirâmide Mágica, no montante anual de 32.400,00€ (trinta e dois mil e quatrocentos euros). - 25067

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, com vista à renovação do contrato nº 58/2010, referente à aquisição de serviços no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação, enquadrado no programa Pirâmide Mágica.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a minuta do contrato a celebrar entre o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional I.P. (IFDR) e o Município de Abrantes, no âmbito da candidatura a empréstimo BEI para a

empreitada inerente ao Centro Escolar de Alferrarede, no montante de 595.333,79€ (quinhentos e noventa e cinco mil trezentos e trinta e três euros e sete e nove cêntimos). - 28108

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de contrato, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a minuta do contrato a celebrar entre o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional I.P. (IFDR) e o Município de Abrantes, no âmbito da candidatura a empréstimo BEI para a empreitada inerente ao Centro Escolar de Rio de Moinhos, no montante de 599.376,37€ (quinhentos e noventa e nove mil trezentos e setenta e seis euros e trinta e sete cêntimos). - 28108

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de contrato, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão Financeira, datada de 5 de dezembro de 2011, remete para aprovação, o montante total do consumo do combustível referente ao ano de 2011, no valor de 270.773,95€ (duzentos e setenta mil setecentos e setenta e três euros e noventa e cinco cêntimos). - 26477

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o valor de 270.773,95€ (duzentos e setenta mil setecentos e setenta e três euros e noventa e cinco cêntimos) relativo ao consumo de combustível referente ao ano de 2011.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, adenda ao protocolo Finicia/Eixo III - Iniciativas Empresariais de Interesse Regional, no âmbito do proposto pelo IAPMEI relativamente aos procedimentos a adotar em relação à alteração dos "spreads". - 34717

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a adenda ao referido protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 19 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta parecer sobre as contas do Município - 1º semestre da Gerência 2011, apresentado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estipulado no artº 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, bem como, informação financeira intercalar, produzida pela referida divisão, que serviu de suporte à elaboração do mesmo.

Mais informa que o original do mesmo foi diretamente remetido pela SROC para a Assembleia Municipal conforme estipulado na alínea d) do nº 3 do artº 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro.

Tomado conhecimento.

O Vereador António Belém Coelho solicitou alguns esclarecimentos relativamente à informação financeira.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Desporto e Juventude

Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, remete para aprovação o processo e as candidaturas ao FINDESP 2011/2012, sendo que o valor total a atribuir é de 166.389,75€ (cento e sessenta e seis mil trezentos e oitenta e nove euros e setenta e cinco cêntimos) para a Linha 1 e 3.555,00€ (três mil quinhentos e cinquenta e cinco euros) para a Linha 2, conforme mapas anexos à referida Informação, o que significa uma redução de 10% aos valores a atribuir, tendo em conta a atual conjuntura económico-financeira. - 41025

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o processo e as candidaturas ao FINDESP 2011/2012, sendo que o valor total a atribuir é de 166.389,75€ (cento e sessenta e seis mil trezentos e oitenta e nove euros e setenta e cinco cêntimos) para a Linha 1 e 3.555,00€ (três mil quinhentos e cinquenta e cinco euros) para a Linha 2, conforme mapas anexos à referida informação da Divisão de Desporto e Juventude.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de junho, relativamente à "Aquisição de Projetos de Engenharia para Habitação a Custos Controlados -

Lotes 38 e 42 – Rossio ao Sul do Tejo – Abrantes”, no valor de 4.900,00€ (quatro mil e novecentos euros). - 52489

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o parecer relativo à “Aquisição de Projetos de Engenharia para Habitação a Custos Controlados – Lotes 38 e 42 – Rossio ao Sul do Tejo – Abrantes”.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 22 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação Nº 285 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 25 de novembro de 2011, a dar conta que a sociedade comercial, Rui Prata Ribeiro, Lda., adjudicatária da empreitada de “Construção do Mercado Municipal de Abrantes”, entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiros em obra e referindo que cumprem com o previsto no art.º 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada de subempreiteiros em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 285 da Divisão de projetos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de projetos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Nº 23 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação Nº 290 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 30 de novembro de 2011, a dar conta que a sociedade comercial, Rui Prata Ribeiro, Lda., adjudicatária da empreitada de “Construção do Mercado Municipal de Abrantes”, entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no art.º 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Handwritten signature and initials.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a informação Nº 290 da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de projetos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Nº 24 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, respeitante à Informação nº 287 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 28 de novembro de 2011, dando conta que a Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., entregou a Garantia Bancária Nº 2537.003200.893, no montante de 209.568,39€ da Caixa Geral de Depósitos, datada de 25/03/2011, correspondente ao adiantamento de 30% dos trabalhos contratuais por realizar da empreitada de "Aquapolis - Margem Sul - 2ª Fase - Parque Ribeirinho de Abrantes", garantia essa que já foi reduzida anteriormente para o montante de 47.184,54€.

Tendo sido já entregue a fatura no montante de 155.981,82€ com o auto nº 12, deverá ser cancelada a referida garantia no valor de 47.184,54€, que corresponde ao valor residual da referida garantia, de acordo com nº2 do art. 295.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o cancelamento da referida garantia bancária, nos termos da citada informação nº 287 da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Comunicar à Caixa Geral de Depósitos, S.A., com conhecimento ao empreiteiro.



Nº 25 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação Nº 286 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 28 de novembro de 2011, a dar conta que a Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., adjudicatária da empreitada de "Requalificação e Ampliação da Escola EB nº 1 de Tramagal para Centro Escolar", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiros em obra e referindo que cumprem com o previsto no art.º 383º do Código da

li
at

Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada de subempreiteiros em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 286 da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o coordenador de segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro.

À Divisão de projetos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Nº 26 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação Nº 295 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 07 de dezembro de 2011, a dar conta que a sociedade Ladário – Sociedade de Construções, Lda., adjudicatária da empreitada de “Construção do Centro Escolar de Alferrarede”, entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiros em obra e referindo que cumprem com o previsto no art.º 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada de subempreiteiros em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida informação Nº 295 da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o coordenador de segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro.

À Divisão de projetos e Empreitadas para proceder em conformidade.

Al
est

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 27 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação Nº 436/2011 DP da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 22 de novembro de 2011, acerca do pedido de informação prévia para ampliação e adaptação de moradia para alojamento local, em Casal do Surdo, freguesia de Mouriscas, Abrantes, requerido por Helena Ribeiro de Campos. – 28627

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido de informação prévia apresentado, nos termos e com os condicionamentos sugeridos na Informação Nº 436/2011 DP da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, que se dá por transcrita.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 28 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação Nº 193/2011 CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 29 de Novembro de 2011, acerca do pedido de alterações ao projeto aprovado visando instalação de unidade de Turismo Rural – Casa do Campo, sito na Rua da Cabeça Alta, em Pego, Abrantes, requerido por Vitor Manuel C. Henriques Pereira, com pedido de averbamento para VDF, Vale de Ferreiros, Agro-Turismo, Lda. – 301/2010

Deliberação: Por unanimidade, fixar a capacidade e atribuir a respetiva classificação – Empreendimento de Turismo no Espaço Rural (TER), composto de 4 (quatro) unidades de alojamento.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 29 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 30 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 5 de dezembro de 2011, a aprovar o relatório final do júri do concurso público internacional referente ao processo nº 48/2011, para aquisição de serviços "Limpeza de Edifícios Municipais". – 20176

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.

h
cl

Nº 31 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 18 de Novembro de 2011, a autorizar a recolha de pinhas e azeitona em terrenos municipais, de acordo com o quadro abaixo indicado. - 39586

Data de Reg.	Nome	Local	Pedido
18-10-2011	Maria Madalena Dias Lopes	- Zona Industrial Norte/Sul em Alferrarede - S. Lourenço (junto ao quartel)	Pinhas
15-09-2011	Hermínia Cristina Mateus	Quinta d' Arca (Urbanização do Condoal - Chainça)	Azeitona
15-09-2011	Maria de Fátima André	Quinta d' Arca (Urbanização do Condoal - Chainça)	Azeitona
27-09-2011	M ^a . Lurdes Gomes António	Parque Urbano S. Lourenço	Azeitona
17-10-2011	José Clemência Pires	Terreno entre a rotunda e o rio Tejo (Rossio ao Sul do Tejo)	Azeitona
17-10-2011	Armando Barrento Ferreira	Terreno junto à Fonte dos Touros e Urb. Dos Trajos Serrados e Kartódromo (Rossio ao Sul do Tejo)	Azeitona
18-10-2011	Alfredo Matos Maria	Olivais propriedades da CM	Azeitona
19-10-2011	João Augusto Marques Correia	Zona de Barreiras do Tejo, junto à antiga escola	Azeitona
19-10-2011	Sofia Andreia Campino Morgado	Encosta do Castelo	Azeitona

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente.

À Divisão de Serviços Urbanos para os devidos efeitos.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, remetendo, para aprovação a seguinte proposta referente à Feira de S. Matias 2012: - 53322

"Considerando que:

li
C

- Nos termos da alínea a), nº2, artigo 2º do Regulamento em vigor, a feira de S. Matias se realiza na cidade de Abrantes, entre 15 de Fevereiro e 15 de Março de cada ano, por um período não superior a 3 semanas, a definir anualmente pelo Município;
- Nos termos da alínea b) do mesmo número e artigo, as normas específicas da feira são definidas anualmente pela Câmara Municipal de Abrantes;
- O local de realização do mercado grossista coincidir com o pavilhão de atividades temáticas durante a feira de S. Matias;
- Tem vindo a verificar-se, na venda a retalho, uma ligeira diferença entre a área efetivamente ocupada e a contabilizada no cálculo das taxas;

Importa então criar o normativo e definir os restantes procedimentos com vista à operacionalização do evento, designadamente a afetação de recursos humanos, materiais e equipamentos para a respetiva realização, pelo que proponho:

- Em 2012 a feira tenha lugar entre os dias 24 de Fevereiro e 11 de Março, inclusive;
- Devido à montagem e ao funcionamento da feira, não se realize o mercado semanal grossista dos dias 20 e 27 de Fevereiro, e 5 e 12 de Março;
- Seja constituída uma comissão que terá como função a atribuição dos lugares, prestar esclarecimentos sobre dúvidas e reclamações que eventualmente surjam, nomeadamente relacionadas com interpretação das normas que pelo Executivo vierem a ser aprovadas para a feira do ano 2012, e ainda informar, com vista a decisão do órgão competente, situações que não caibam nas suas competências;

Dessa comissão façam parte um presidente, dois vogais e respectivos suplentes;

A comissão seja composta por:

Presidente: Manuel Jorge Valamatos – Vereador da Câmara Municipal de Abrantes;

1º Vogal: Luísa Espadinha – Chefe de Divisão de Serviços Urbanos;

2º Vogal: Paulo Domingos – Coordenador Técnico da Divisão de Serviços Urbanos;

1º Suplente: Fátima Areias – Assistente Técnico da Divisão de Serviços Urbanos;

2º Suplente: Luis Pires – Coordenador Técnico da Divisão Administrativa e

Jurídica.

3º Suplente: Vanda Cruz – Técnica Superior da Divisão de Serviços Urbanos.

- A comissão possa agregar outros funcionários que operem na implementação e gestão da feira, caso se justifique;
- Seja considerada a profundidade de cinco metros, e não seis metros como anteriormente, no cálculo das taxas na venda a retalho. Como forma de harmonização, bem como com o sentido de responsabilidade, por um lado pela situação socioeconómica, mas também com o sentido de promoção dos espaços que têm ficado devolutos, aplicar sensivelmente igual percentagem de redução para os restantes equipamentos;
- As normas pelas quais se regerá a realização da Feira e a atribuição de lugares, sejam as que em anexo se apresentam."

O Vereador António Belém Coelho não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do Artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.

li
co

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES

Nº 33 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a um ofício dos Serviços Municipalizados de Abrantes, datado de 06 de dezembro de 2011, que remete para aprovação, proposta de tarifário de água, resíduos sólidos urbanos e outros serviços auxiliares para o ano de 2012, aprovado pelo Conselho de Administração daqueles Serviços, em reunião de 06 de dezembro de 2011. - 53192

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta de tarifário de água, resíduos sólidos urbanos e outros serviços auxiliares para o ano de 2012.



Nº 34 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente ao ofício nº 2270 dos Serviços Municipalizados de Abrantes, datado de 29 de novembro de 2011, que remete para aprovação o projeto de execução da estação de tratamento de águas residuais dos lugares de Vale das Mós e Pessegueiro.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido projeto de execução da estação de tratamento de águas residuais dos lugares de Vale das Mós e Pessegueiro.



Nº 35 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a atualização do valor das tarifas de saneamento, de acordo com o contrato celebrado com a concessionária Abrantáqua, sobre a qual o ERSAR se pronunciou favoravelmente.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta de atualização de tarifário de saneamento para o ano de 2012.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com excepção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Maria do Rê Desgrip

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Cito Alexandre Justino Saiz



RESPOSTA A ALVES JANA, EX-DIRECTOR DO JORNAL DE ABRANTES

Declaração

12 de Dezembro de 2011



Em resposta à intervenção, efectuada na reunião da câmara de 14/11/11, do munícipe José Eduardo Alves Jana, na qualidade de ex-director do Jornal de Abrantes, os vereadores eleitos pelo PSD vêm dizer o seguinte:

1. Queixa-se o munícipe, designadamente, de ser sistematicamente reduzido, nas nossas intervenções, ao estatuto de ex-vereador pelo PS e marido da ex-vereadora e actual presidente da Comissão Política local do PS.

2. Diz o povo e com razão, *«quem não quer ser lobo, não lhe veste a pele.»*

3. Imagine-se, por absurdo, que a directora do Jornal de Abrantes era a mulher do vereador Belém Coelho e que o jornal se limitava a divulgar as tomadas de posição dos vereadores eleitos pelo PSD na Câmara de Abrantes e que os únicos intervenientes políticos com direito a notícia, reportagem e entrevista eram Belém Coelho, Elsa Cardoso, Rui André, Santana Maia e a presidente da comissão política do PSD?

4. Alguém acredita que se isso sucedesse a Câmara Municipal de Abrantes financiaria o Jornal de Abrantes, tal como o faz hoje, aceitando o argumento para o total esquecimento das intervenções e propostas dos vereadores socialistas e da presidente da câmara de que *«o carácter de mensário não nos permitia dar boa cobertura a uma actualidade por vezes diária e que deixávamos essa área da vida colectiva para os outros jornais de periodicidade mais compatível»*?

5. Agora imagine-se que o Jornal de Abrantes tinha sido comprado por um grande grupo económico com ligações estreitas ao PSD local...

6. Acresce que o Jornal de Abrantes não se tem limitado a divulgar iniciativas da Câmara Municipal de Abrantes consensuais ou sem peso político.

7. Pelo contrário, o Jornal de Abrantes tem feito questão de divulgar



iniciativas e/ou projectos que dividem literalmente o executivo autárquico.

8. No entanto, ao arrepio dos mais elementares princípios do jornalismo democrático e em clara violação dos princípios constitucionais, silencia as vozes discordantes no seio do executivo, apenas divulgando as posições dos vereadores eleitos pelo PS (ou coincidentes com estes) como se se tratassem de posições unânimes ou consensuais, violando, assim, de forma descarada, o dever de informar a que está, constitucionalmente e deontologicamente, obrigado.



9. Ou seja, o Jornal de Abrantes deturpa a informação que presta aos seus leitores de forma intencional, quer por acção, quer por omissão, como, aliás, o município reconhece na sua intervenção: *«o Jornal de Abrantes é qualificado de "Passos do Concelho". Com muita verdade. (...) Compreendo que os eleitos do PSD não nos perdoem o facto de não darmos a desejada cobertura aos seus passos de oposição»*.

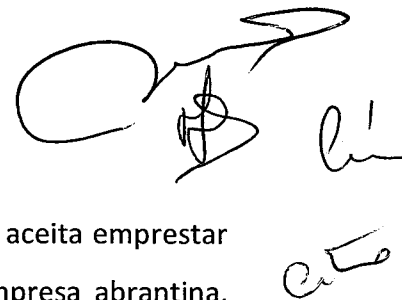
10. Ora, no executivo municipal, não existem vereadores de primeira e de segunda, existem apenas vereadores, com igual legitimidade e cujas opiniões não são passíveis de ser hierarquizadas, excluídas ou silenciadas.

11. E o facto de o município ter um longo passado ao serviço do jornalismo regional não abona nada a seu favor até porque é longa a lista de jornalistas que serviram uma vida inteira o Estado Novo, sem nunca lhe pesar na consciência a forma deturpada como transmitiam as realizações do poder político sob a capa da consensualidade nacional.

12. Mas fiquemos apenas por aqui, quanto à violação descarada dos princípios deontológicos e constitucionais, para evitar revolver mais o estômago aos cidadãos defensores das sociedades abertas.

13. Importa, no entanto, não esquecer que a Rádio Tágide é uma cooperativa sem fins lucrativos, enquanto a Rádio Antena Livre e o Jornal de Abrantes pertencem a um grande grupo económico cuja finalidade é precisamente o lucro.

14. São duas realidades completamente diferentes.



15. Tão diferentes que a Câmara de Abrantes nem sequer aceita emprestar um palco para a realização de um espectáculo a uma pequena empresa abrantina, precisamente por ter fins lucrativos (vide declaração de voto da senhora presidente, na reunião de 31/10/11, para a recusa da cedência do palco para a festa de aniversário da Associação Arte Nova).

16. Em Abrantes, os socialistas tomaram literalmente conta do concelho, da mesma forma que Napoleão e os porcos tomaram conta da famosa quinta de George Orwell.

17. Também aqui os socialistas são mais iguais do que os outros.

18. E não é preciso irmos muito longe para constatarmos isso mesmo.

19. Basta comparar a forma como a intervenção do socialista Alves Jana foi reproduzida na acta da reunião de 14/11/11 com a forma como foi reproduzida intervenção idêntica de Artur Lalanda, na acta da reunião de 11/7/2011.

20. Ambos apresentaram intervenção escrita que entregaram aos vereadores.

21. No entanto, enquanto a intervenção do socialista Alves Jana, apesar de mais extensa, foi reproduzida na íntegra (fls. 1 a 4 da acta), a intervenção de Artur Lalanda foi resumida a cinco linhas do seguinte teor:

«Esteve presente o munícipe Artur Nogueira Lalanda, residente na Rua Nova, em Abrantes, que apresentou uma exposição relativamente à ponte na Ribeira da Abrançalha, fazendo algumas referências à actuação da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, no que toca a esta matéria. Fez também a entrega de um documento relativo a estas questões, que se anexa à presente acta.»

22. Esclarecedor.

23. Pelos vistos, também deve ser o carácter quinzenal das actas, para utilizar o argumento do munícipe Alves Jana, que não permite dar boa cobertura a todas as intervenções dos munícipes.

24. Como diz o povo, "*tal pai, tal filho*"...

li
etc

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/12/12

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.06	07000700	2007/09/18	REALV	00000345	2010/03/03	JOSÉ SEIXAS CARLOS - UNIPESSOAL, LDA. RUA DOS RAMALHAIS, 206 CANA VERDE - ALFERRAREDE	construção moradia bifamiliar ESTRADA DE SÃO DOMINGOS LOTE 3 CHAIÇA	11000853	DES	2011/11/30
05.04	09000586	2009/12/04	RJE	10000051	2010/01/11	VIEIRA ALVES - METALMECÂNICA, LDA. ZONA INDUSTRIAL DE ABRANTES, LOTE 45/49	29.11.2011: No uso da competências que me foram sub-delegadas, Deferir o pedido de autorização de utilização.	11000855	DES	2011/12/06
04.02	09000596	2009/12/14	RJE	10000083	2010/01/15	JORGES MIGUEL FERNANDES FRANCISCO RUA 7 DE JUNHO DE 1759, N.º 9 AMADORA	ampliação edifício industrial Parque Industrial, Lotes 45 a 49 Alferrarede	11000858	DES	2011/12/06
05.01	10000191	2010/05/11	LICOB	10000800	2010/05/11	COMPISOS - CONSTRUÇÕES E URBANIZAÇÕES, LDA RUA DR. MANUEL ARIAGA, 32 B1 CARVAXIDE	2011.12.06: Proponho superiormente o deferimento do averbamento solicitado. à Consideração superior. 2011.12.06: Deferido	11000851	DES	2011/11/29
06.04	10000342	2010/08/23	LICOB	10001495	2010/08/23	SOLIDARIEDADE SACERDOTAL DA DIOCESE RUA PROFESSOR SILVA LEITÃO, N.º 9	2011/11/25: Deferido nos termos propostos. alteração Garagem Rua da Fonte de São José Alferrarede	11000849	DES	2011/11/29
							2011/11/23: Deferido nos termos propostos.			

*** processado por computador ***
 *** sistema informático ***